

# Sarney admite Ato Adicional

O Senador José Sarney, presidente do PDS, confirmou, ontem, que "no devido tempo", a sugestão de um Ato Adicional do Congresso para legitimar uma reforma constitucional, poderá ser examinada mais objetivamente pelo Ministro da Justiça, como outras sugestões que têm sido apresentadas.

Disse que o recurso a um Ato Adicional "é uma idéia extremamente válida e uma solução que pode substituir vantajosamente as propostas no sentido de adequar a ordem constitucional do país às suas novas realidades, que reclamam a eliminação progressiva dos resquícios da exceção".

## Alternativa

Lembrou o Sr José Sarney que o recurso ao Ato Adicional tem sido frequente na tradição constitucional brasileira sendo usado pela primeira vez em 1934, quando a elite política de então julgou legítimo esse instrumento legislativo para legitimar a Constituição outorgada por Dom Pedro I em 1824. Trata-se na opinião do Senador de "uma alternativa legítima diante dos que pregam a reforma constitucional tanto quanto diante dos que vão até à convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, caminho tanto mais difícil quando se sabe que só é percorrido quando ocorre uma ruptura na ordem institucional, uma ruptura de poder, o que não é o nosso caso".

O dirigente governista observou que, quando da votação da Emenda Constitucional nº 11, que revogou os atos de exceção e da qual foi relator, chegou a aventar essa hipótese com o falecido Ministro da Justiça, Sr Petrônio Portela, que levou a sugestão ao conhecimento do então Presidente Ernesto Geisel.

— Eu sustentei, naquela ocasião, que para evitar os constantes fracionamentos da Constituição seria melhor aproveitar a oportunidade para fazer um novo reordenamento constitucional. O Presidente achou que o que lhe cabia fazer, no tempo, era aquela Emenda nº 11, cabendo a seu sucessor tratar de implementar o seu projeto político.

Mais tarde, quando o Governo achar que chegou o momento, o Senador maranhense acha que o Ministro da Justiça, Sr Ibrahim Abi-Ackel, na qualidade de coordenador político, tratará de deflagrar as conversações com os líderes de todos os Partidos no Congresso.

## Segurança Nacional

O Senador José Sarney anunciou que o Governo deverá mandar em breve ao Congresso mensagem reduzindo sensivelmente o número de municípios enquadrados em áreas de segurança nacional e, portanto, com prefeitos não sujeitos à escolha pelo voto popular, numa forma de atender a reivindicações das bancadas do PDS no Congresso.

Reafirmou que o adiamento ou a realização das eleições municipais de 15 de novembro deste ano "é uma questão em aberto dentro do Partido e do Congresso".

Quanto à presença de governadores e vice-governadores nas comissões provisórias regionais do PDS, em vários Estados — que seria impedida pela legislação vigente — o Sr José Sarney explicou:

— A proibição é dos nossos estatutos, mas não pode valer agora, quando estamos organizando o Partido de forma provisória. O nosso estatuto proíbe que governadores ocupem funções executivas, como presidente ou secretário geral. Mas não há impedimento a que ministros e governadores apenas integrem as comissões provisórias.